

EM DEFESA DOS VULNERÁVEIS

Em todo o país, defensores públicos atuam para garantir os direitos da população mais vulnerável, um trabalho desafiador, especialmente porque há déficit de profissionais

ÉRIKA SOARES
MONTES CLAROS

Manhã do dia cinco de outubro de 2017, na cidade de Janaúba, Norte de Minas Gerais. O vigia Damião Soares dos Santos, de 50 anos, afastado por motivos de saúde da Creche Gente Inocente, vai até a instituição. Ele levava consigo um atestado médico e também um galão com álcool. Ateou fogo no próprio corpo e também jogou álcool nas crianças. Dez delas morreram, além de três professoras e do autor dessa barbárie.

Antes do crime, os alunos se divertiam realizando atividades como forma de celebrar o Dia das Crianças, que se aproximava. Era uma manhã feliz, colorida, mas em poucos minutos tudo mudou. O cenário ficou cinza, esfumado. O fogo consumiu telhado, paredes, armários, mochilas e, principalmente, sonhos. O do Matheus, de cinco anos, era ser policial militar, como conta a mãe dele, a servidora pública Valdirene dos Santos Borges. “Ele amava policial; não podia ver uma viatura, que ele chegava perto. Certa época, tinha um pessoal que morava perto da minha casa que brigava muito e a polícia era chamada sempre. Aí quando a família se mudou de lá, Matheus me disse: ‘Tô triste, mamãe! O povo ali foi embora, agora não vai ter mais polícia na minha rua’”.

Como forma de homenagear Matheus Felipe Rocha Santos, que morreu





◀ Matheus Felipe Rocha Santos, de cinco anos, morreu em função de queimaduras que sofreu na tragédia da Creche Gente Inocente. Ele sonhava se tornar policial militar

em função das queimaduras dias após o ataque, os policiais fizeram o cortejo do corpo dele até o cemitério de Janaúba. “O enterro dele foi com os policiais. Era fanático por policiais e bombeiros. Hoje, eu sou conhecida pelos policiais da cidade por causa dele. No quartel tem uma foto enorme do Matheus”, conta Valdirene.

Além de crianças e servidores da creche que morreram, outras dezenas de pessoas precisaram de atendimento médico. Alguns inalaram muita fumaça e apresentaram problemas respiratórios; outros tiveram queimaduras graves. Para conseguir amparo e cuidar da filha Flávia Nayara Dias Silva, que teve 80% do corpo queimado na tragédia, a

diarista Élica Nayara Dias Silva, de 30 anos, recorreu à Defensoria Pública. Na época, Flavinha, como é carinhosamente chamada, tinha quatro anos. “Se não fosse a Defensoria Pública, a gente não tinha conseguido as placas dela, que são usadas no tratamento de queimaduras e traumas. Todas as coisas que a gente conseguiu foi através da Defensoria, que sempre nos apoiou, sempre esteve do nosso lado quando a gente mais precisou”, afirma Élica.

De acordo com a Constituição da República, “a Defensoria Pública é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbendo-lhe, como expressão e instrumento do regime democrático, fundamentalmen-

te, a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, aos necessitados” (artigo 134, caput). De forma resumida, cabe ao Estado, por meio da Defensoria Pública, prestar assistência jurídica integral e de graça às pessoas que não podem pagar por isso, como explica o defensor público da cidade de Janaúba, Gustavo Francisco Dayrell de Magalhães Santos. “Nossos assistidos são pessoas carentes. Muitas vezes, precisamos auxiliá-los até mesmo para traduzir o problema que estão passando e, a partir disso, dar a correta resposta jurídica”.

Gustavo Dayrell atuou durante a tragédia na Creche Gente Inocente. Poucas horas após o ataque, membros da Defensoria Pública, da prefeitura de Janaúba, do Ministério Público, Banco do Brasil e Hospital Fundajan se reuniram para definir medidas a serem tomadas de forma urgente. “As deliberações foram várias, entre elas decidimos pela criação de conta bancária para recebimento de doações financeiras, e tratamos de como seriam as assistências funerária e psicológica das famílias”.

Foi um trabalho difícil. A Defensoria - que atende, em média, 500 casos por mês, distribuídos nos municípios de Janaúba, Verdelândia e Nova Porteirinha - estava lidando com uma situação extremamente complexa e delicada, por isso foram necessários traquejo e agilidade. “Solicitamos contratação de médicos especializados, obtivemos na justiça insumos para tratamento de queimaduras, bem como negociamos a indenização para os atingidos. Com toda a certeza, esse ataque me fez valorizar ainda mais a prestação de um serviço público de qualidade, focado em ações preventivas para evitar que tragédias como estas aconteçam. E, se acontecerem, que as respostas rápidas sejam capazes ao menos de reduzir os



▶ A menina Flávia Nayara Dias Silva teve 80% do corpo queimado no ataque à Creche Gente Inocente. Na foto, ela está com o defensor público Gustavo Dayrell durante uma ação da Defensoria

danos”, observa o defensor público Gustavo Dayrell.

Levando-se em conta que a Creche Gente Inocente era municipal, a prefeitura foi acionada judicialmente. A prefeitura ofereceu 57 acordos; 50 foram fechados. As tratativas começaram em julho de 2021 e foram feitas pela Defensoria Pública de Minas Gerais. A proposta do município dividiu as vítimas em três grupos: morte, lesão grave e lesões médias e leves. Para o primeiro grupo, o valor da indenização por danos morais e materiais foi estipulado em R\$ 110 mil; R\$ 102.300 para o segundo e R\$ 55 mil para o último, respectivamente.

Dessas indenizações, seriam descontados os valores do pagamento mensal referente à antecipação parcial das verbas indenizatórias, recurso que foi desembolsado pelo município para as famílias até o início do ano passado, por meio de um Termo de Ajustamento de Conduta, TAC. Este termo determinou o repasse de cerca de R\$ 1 mil por mês nos casos de morte ou lesão grave e R\$ 500,00 nos casos de lesões leves.

Em Minas Gerais, de acordo com a assessoria de imprensa da Defensoria

Pública do Estado, foram realizados 836.756 atendimentos no interior, de janeiro a dezembro de 2022. Neste ano, esse número já foi ultrapassado: foram 843.844. O aposentado e morador da zona rural de Montes Claros, Justino Hélio Fonseca Leite, de 66 anos, faz parte dessas estatísticas. “Eu precisava fazer uma cirurgia no quadril com urgência porque tive um desgaste e precisava de uma prótese. Então entrei com o pedido na Secretaria de Saúde de Montes Claros em novembro de 2022. Mas a fila para cirurgias era muito grande. Toda vez que eu ia lá olhar, não andava. O meu médico falou que se eu não fizesse logo, nem daria mais pra fazer por causa da gravidade. Então resolvi procurar a Defensoria Pública”, conta seu Justino.

O caso dele foi parar nas mãos de Maurina Fonseca Mota de Matos, defensora pública há 26 anos. Maurina atua na Fazenda Pública, em Montes Claros, em que a maioria das ações judiciais é de cidadãos que buscam garantir o direito à saúde. “Aqui nós entramos com ações para a obtenção de cirurgias, órteses, próteses, medicamentos, transporte. Pela Constituição

Federal de 1988, o cidadão tem direito à saúde integral; porém, às vezes, esse acesso é limitado pelo estado ou município por questões orçamentárias, por exemplo. Quando as pessoas nos procuram é porque já recorreram a outros órgãos, mas não tiveram resultado. É uma área muito sensível porque a saúde lida com a vida. A demora, nestes casos, pode significar a morte”, afirma a defensora.

Durante entrevista à Revista Tempo, Maurina pede um instante para pegar o celular. Bastante tocada, mostra a fotografia de quando seu Justino chegou à Defensoria. “Ele chegou até aqui numa cadeira de rodas; não conseguia andar. A gente procurou a justiça e, em alguns meses, o Estado depositou um valor para que ele pudesse fazer a cirurgia. Inicialmente, seria na cidade de Passos, mas depois conseguimos que ele realizasse aqui em Montes Claros”, comemora a defensora Maurina.

Cirurgia realizada menos de um mês depois, aquela fotografia de um idoso triste numa cadeira de rodas deu lugar a um vídeo cheio de alegria no celular de Maurina Mota. Com os olhos sorrindo e transbordando espe-

FOTOS: ARQUIVO PESSOAL



▲ O defensor público Gustavo Francisco Dayrell de Magalhães Santos faz parte da Defensoria Pública na cidade de Janaúba. Ele informa o seguinte: “Os nossos assistidos são pessoas carentes. Muitas vezes, precisamos auxiliá-los até mesmo para traduzir o problema que estão passando e, a partir disso, dar a correta resposta jurídica”



▲ O aposentado Justino Hélio Fonseca Leite, de 66 anos, recorreu à Defensoria Pública Estadual, em Montes Claros, para conseguir realizar uma cirurgia no quadril. Antes da cirurgia, ele chegou a ficar na cadeira de rodas. Depois do procedimento, já voltou a andar





▲ Maurina Fonseca Mota de Matos é defensora pública há 26 anos. Atuando na Fazenda Pública, em Montes Claros, a maioria dos casos que Maurina atende é de cidadãos em busca de garantir o direito à saúde



▲ O marceneiro Alberto Romes Fonseca, de 51 anos, procurou a Defensoria Pública do Estado na tentativa de conseguir um medicamento de alto custo após ser diagnosticado com uma doença imunológica grave

rança, ela mostra o novo Seu Justino. “Ele agora está andando! Me mandou esse vídeo andando pelo sítio! Ele me manda mensagem sempre contando como está! Saber dessa melhora, receber esse carinho, é muito gratificante”, emociona-se a defensora pública.

Quem também não consegue segurar a emoção é o marceneiro Alberto Romes Fonseca, de 51 anos. Diagnosticado com uma doença imunológica grave, ele encontrou na Defensoria Pública de Montes Claros o apoio que precisava, como ele faz questão de descrever: “Minha vida se viu, repentinamente, imersa em um desafio de saúde que exigia um tratamento específico com um medicamento de alto custo. Confiando na cobertura do meu plano de saúde, procurei a aprovação para o medicamento, mas fui surpreendido com uma resposta negativa. Foi nesse momento de desespero que recorri à Defensoria Pública. Fui atendido por uma equipe comprometida e empática”.

O caso do marceneiro exigia urgência por parte da Defensoria Pública de Minas Gerais. “Eles não apenas compreenderam a urgência, como também enxergaram a necessidade desse tratamento para a minha recuperação. Deu

certo e sou grato por eles terem sido e ainda estarem sendo um suporte para o meu tratamento”, desabafa Alberto.

Na Defensoria Pública de Montes Claros são 15 defensores. Entre eles está Cláudio Fabiano Pimenta, que é também o coordenador da Defensoria Pública do Norte de Minas Gerais. Ele ressalta que o trabalho é realizado para garantir o acesso à justiça dos mais vulneráveis, não só por meio de processos, mas também de forma extrajudicial. “Da forma mais ampla possível, em todos os graus, o objetivo é garantir o acesso à justiça. A Defensoria Pública Estadual, excluindo as matérias de abrangência da Defensoria Pública da União, tem uma grande atuação, por exemplo, na área de direito da família, criminal, infância e juventude, em defesa da mulher vítima de violência doméstica etc. Em uma região tão sofrida, como é o Norte de Minas Gerais, a Defensoria Pública é fundamental para dar dignidade às pessoas”, afirma Cláudio.

Montes Claros tem uma população estimada em 414.240 habitantes, segundo o IBGE. A Defensoria Pública Estadual da cidade realiza cerca de 2 mil atendimentos por mês. “47% das pessoas que nos procuram estão

em busca de direitos ligados à área da família e buscamos, dentro das nossas limitações, atender prioritariamente de forma extrajudicial. Por exemplo, na área da família nós temos o centro de mediação instalado com mediadores. Então, quando as pessoas chegam aqui em busca de uma solução na área de direito da família, o primeiro passo é encaminhá-las para a mediação. O caso só volta pra cá se o centro não conseguir absorver a demanda”, explica o coordenador Cláudio Fabiano Pimenta.

A mediação tem se mostrado uma alternativa muito válida, informa Cláudio. “O grau de êxito de acordos é de quase 70%; isso quer dizer que as duas partes saem com o problema resolvido em poucos dias”. Nessa perspectiva de tentar solucionar os problemas de modo mais rápido e menos burocrático, é realizado anualmente, em Minas Gerais, o Mutirão Direito de Ter Pai, cuja intenção é fomentar o exercício efetivo da paternidade e garantir direitos.

O programa tem 11 anos e já é consolidado pela Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais, destaca

Cláudio. “Nós temos a realização de exames de DNA de forma gratuita e, quando o pai dispensa a realização para reconhecer a paternidade, nós fazemos esse reconhecimento espontâneo e levamos diretamente lá no cartório para que seja alterado o registro de nascimento da criança, além de retirada a certidão com o nome do pai e dos avós paternos”, diz o defensor.

Em todo o estado de Minas Gerais foram realizados, até a 10ª edição do mutirão, 10.277 exames de DNA, 3.147 reconhecimentos espontâneos, 157 reconhecimentos socioafetivos, num total de 62.859 atendimentos realizados. Conforme dados da Associação Nacional dos Registradores de Pessoas Naturais, em 2022, dos 239.384 nascimentos registrados em Minas Gerais, 11.278, cerca de 4,71%, foram feitos sem o nome do pai. Em 2023, o índice aumentou. Até 31 de julho, em todo o estado, 5,07% dos 145.884 registros foram feitos sem a paternidade.

O direito à paternidade é garantido pelo artigo 226, § 7º, da Constituição da República, e também pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, mas não é difícil encontrar quem não tenha o nome do pai na certidão de nascimento. A filha da cozinheira Marina Aparecida Mendes Nogueira, de 41 anos, é mais uma criança que tem no registro apenas o nome da mãe. “Ela tem 10 anos, mas sempre falei pra ela quem era o pai dela. Eu vivi com ele por 17 anos no Rio de Janeiro. Tenho uma outra filha com ele, de 17 anos, mas essa foi registrada. Eu estava grávida de quatro meses da segunda filha quando vim embora para Montes Claros. Nosso relacionamento acabou e ele não quis mais saber da gente”, conta ela.

Logo que a filha nasceu, Marina sentiu vontade de procurar o pai da criança para que ele pudesse registrá-la, mas como havia perdido o contato com o genitor, ficou difícil encontrá-lo. Dez anos se passaram e a vontade da filha em ter o nome do pai no registro impulsionou a mãe a começar uma nova busca. “Sem-



ÉRIKA SOARES

◀ O defensor público e coordenador da Defensoria Pública do Norte de Minas Gerais, Cláudio Fabiano Pimenta, destaca a atuação realizada de forma extrajudicial, uma estratégia de agilizar os atendimentos e evitar litígios

pre contei para a minha filha a história do pai dela. Para ela, era importante ter o nome do pai nos documentos. Minha filha mais velha nunca recebeu pensão, mas tem o nome dele no registro. Depois de tanto tempo, foi possível achá-lo a partir da empresa na qual ele trabalha. Então procurei a Defensoria Pública”, relata a cozinheira.

O primeiro contato com a Defensoria Pública de Montes Claros foi em agosto deste ano. Em pouco tempo, acompanhada por um defensor, Marina participou de uma audiência virtual com o ex-companheiro. “Tudo foi conversado, e o pai das meninas aceitou fazer o exame de DNA. Foi rápido”, diz.

Exame feito, era só esperar o resultado, marcado para sair no dia 4 de outubro. A espera foi tranquila, mas o DNA era muito aguardado, especial-

mente por parte da filha de Marina, que sempre sonhou em preencher não apenas a lacuna nos documentos, mas completar parte da própria história.

O dia tão esperado chegou e lá estava a cozinheira na porta da Defensoria. O envelope com o resultado do exame foi entregue pelas mãos do defensor público Cláudio Pimenta. Com muita serenidade, Marina abriu e leu o resultado. Para ela, nenhuma surpresa: “Eu nunca tive dúvidas de que o resultado seria positivo. Eu estou tranquila, mas talvez para ele, o pai, seja dolorido. Eu sempre soube que ele era o pai, e não fiz esse exame para obter pensão ou por algo do tipo. Fiz pela minha filha e também pela minha integridade”, desabafa Marina.

Com o envelope nas mãos, Marina

ÉRIKA SOARES

▶ A cozinheira Marina Aparecida Mendes Nogueira, de 41 anos, recebeu das mãos do defensor público Cláudio Pimenta o envelope com o resultado do teste de DNA da filha





◀ Tragédia na Creche Gente Inocente, em Janaúba, causou a morte de 14 pessoas, entre elas 10 crianças. O vigia Damião Soares dos Santos, que ateou fogo no próprio corpo e também nas crianças, morreu no ataque

foi embora ansiosa para conversar com a filha. A menina, finalmente, terá o nome do pai na certidão de nascimento e, quem sabe, junto com os novos documentos, comece também uma nova história na vida. A filha, a partir de agora, terá o direito da paternidade garantido.

OS DESAFIOS DA DEFENSORIA PÚBLICA

No Brasil, de acordo com entidades que representam os defensores públicos, estima-se que 44 milhões de pessoas que têm direito ao atendimento das Defensorias Públicas Estaduais não conseguem acesso ao serviço. Quem recebe até três salários mínimos deveria receber assistência da defensoria, mas a realidade é diferente.

Coordenador da Defensoria Pública do Norte de Minas Gerais, o defensor público Cláudio Pimenta destaca um dos principais desafios na profissão: “O nosso maior desafio é conseguir estar onde se precisa estar, onde mais tem pobreza, os menores índices de desenvolvimento humano, nos rincões mais sofridos do Norte de Minas. É da essência da Defensoria Pública estar ao lado de quem mais precisa. Conseguir chegar nas comarcas com as maiores mazelas sociais é o grande desafio, é conseguir aumentar

o nosso orçamento dentro da estrutura estatal para conseguir ter recursos suficientes para promover essa ampliação”, acredita.

A visão de Cláudio é balizada por um levantamento do Conselho Nacional dos Defensores Públicos e das entidades do setor. No Brasil, mais da metade das comarcas não é atendida de modo regular pelas defensorias públicas estaduais. Falta pessoal. Também faltam defensores da União. Conforme o estudo do Conselho, para que todas as comarcas tivessem ao menos um defensor federal, o orçamento atual de R\$ 700 milhões teria que ser dobrado.

O orçamento da Defensoria Pública da União é determinado pelo governo federal e consta na Lei Orçamentária Anual. Já sobre as defensorias estaduais, os orçamentos são descritos nas leis de diretrizes orçamentárias dos governos de cada estado.

Apesar dos desafios, o defensor público Gustavo Dayrell segue otimista. “Em muitas regiões de Minas Gerais, a Defensoria ainda não está devidamente instalada, e o Norte de Minas sofre com isso. Mas a instituição tem avançado dentro do possível, e o apoio de toda a sociedade tem sido fundamental”, apregoa Dayrell.

ACORDO DA CRECHE GENTE INOCENTE

Das 57 famílias para as quais a prefeitura de Janaúba propôs acordo, sete não aceitaram e decidiram seguir com uma ação judicial. Em nota, a assessoria da prefeitura informou que, no princípio do segundo semestre de 2022, houve o acordo celebrado juntamente com a Defensoria Pública de Minas Gerais. A forma de recebimento foi definida pelas famílias: algumas optaram pelo recebimento mensal e outras trimestralmente. O município garante que continua aberto para negociações.

CIRURGIAS ELETIVAS EM MONTES CLAROS

Sobre as dificuldades - como a que encontrou o seu Justino Hélio Fonseca Leite - para a realização de cirurgia, a assessoria da prefeitura de Montes Claros afirmou que o município está empenhado em diminuir a fila por cirurgias eletivas na cidade. Para isso, lançou o programa Saúde Aos Montes, liberando cerca de R\$ 30 milhões para a realização desse tipo de cirurgia, com contratação acima dos valores previstos na tabela SUS. ●